



**UEPB**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CAMPUS III  
CENTRO DE HUMANIDADES  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

**MÁRCIO PEREIRA DA SILVA**

**CORONEL JOÃO DE FARIAS PIMENTEL: ASPECTOS CORONELISTAS NO  
INTERIOR DA PARAÍBA (1912-1915)**

**GUARABIRA  
2021**

MARCIO PEREIRA DA SILVA

**CORONEL JOÃO DE FARIAS PIMENTEL: ASPECTOS CORONELISTAS NO  
INTERIOR DA PARAÍBA (1912-1915)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
ao Curso de História da Universidade Estadual  
da Paraíba, como requisito parcial à obtenção  
do título de graduado em História.

**Orientador:** Prof. Dr. Cristiano Luís Christillino

**GUARABIRA  
2021**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S586c Silva, Márcio Pereira da.  
Coronel João de Farias Pimentel [manuscrito] : aspectos coronelistas no interior da Paraíba (1912-1915) / Márcio Pereira da Silva. - 2021.  
23 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2021.

"Orientação : Prof. Dr. Cristiano Luís Christillino ,  
Departamento de História - CH."

1. Coronelismo. 2. Oligarquia. 3. Política. I. Título

21. ed. CDD 321.1

**MÁRCIO PEREIRA DA SILVA**

**CORONEL JOÃO DE FARIAS PIMENTEL: ASPECTOS CORONELISTAS NO  
INTERIOR DA PARAÍBA (1912-1915)**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Programa de Graduação  
em História da Universidade Estadual da  
Paraíba, Campus III, Guarabira, em  
cumprimento as exigências para obtenção  
parcial do título de Graduação em  
História.

Área de concentração: História.

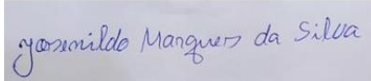
Aprovada em: 08/ 10/2021.

**BANCA EXAMINADORA**



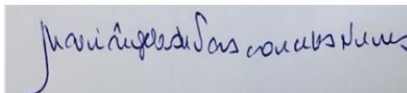
---

Prof. Dr. Cristiano Luís Christillino (Orientador)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



---

Prof. Ms. Josenildo Marques da Silva  
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)



---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Mariângela de Vasconcelos Nunes  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

**GUARABIRA-PB  
2021**

Primeiramente a Deus, aos meus familiares, professores do curso de História da UEPB e a minha esposa, Renata Kelly, que são meus maiores incentivadores, DEDICO.

## RESUMO

Com esta pesquisa, procuramos analisar alguns aspectos do coronelismo no interior da Paraíba através das informações sobre vida e cotidiano do coronel João de Farias Pimentel. Para isso, faremos um relato sobre a discussão conceitual de coronelismo, mandonismo e clientelismo, objetivando investigar a oligarquia Pimentel, a política após a Proclamação da República e o desenvolvimento comercial e urbano de Guarabira. Logo, procuramos mostrar o peso dos aspectos coronelistas no interior da Paraíba. Nesta pesquisa, abordamos as práticas coronelistas no interior da Paraíba, através do cotidiano do Coronel João de Farias Pimentel, discutindo os conceitos de coronelismo, mandonismo e clientelismo, através análises de feitas por diversos autores. Diante do que foi exposto, percebemos que o conceito do coronelismo, enquanto sistema durou até 1930, já o conceito de mandonismo começou no Império e se estendeu até a Primeira República. O conceito de clientelismo, em continuidade, caracteriza-se por uma relação política dividida em duas partes, uma oferecia benefícios através do poder público e a outra oferecia apoio político. Portanto, identificou-se alguns aspectos do coronelismo no interior da Paraíba ao observar algumas pontuações sobre a estrutura da política no arco que compreende os anos de 1912 a 1915, entendendo as mínimas mudanças e permanecendo ainda a existência na contemporaneidade.

**Palavras-Chave:** Coronelismo. Oligarquia. Política.

## ABSTRACT

With this research, we seek to analyze some aspects of coronelismo in the interior of Paraíba through information about the life and daily life of colonel João de Farias Pimentel. For this, we will report on the conceptual discussion of coronelismo, bossiness and clientelism, aiming to investigate the Pimentel oligarchy, the politics after the Proclamation of the Republic and the commercial and urban development of Guarabira. Therefore, we tried to show the weight of coronelista aspects in the interior of Paraíba. In this research, we approach the coronelista practices in the interior of Paraíba, through the daily life of Colonel João de Farias Pimentel, discussing the concepts of coronelismo, bossiness and clientelism, through analyzes made by several authors. Given what has been exposed, we can see that the concept of coronelismo, as a system, lasted until 1930, while the concept of bossiness began in the Empire and extended to the First Republic. The concept of clientelism, in continuity, is characterized by a political relationship divided into two parts, one offering benefits through the government and the other offering political support. Therefore, some aspects of coronelismo in the interior of Paraíba were identified by observing some points about the structure of the policy in the arc that comprises the years 1912 to 1915, understanding the slightest changes and still existing in contemporaneity.

**Key-words:** Coronelismo. Oligarchy. Policy.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>7</b>
<b>2. OLIGARQUIA PIMENTEL .....</b>	<b>11</b>
<b>3. DESENVOLVIMENTO COMERCIAL E URBANO DA VILA INDEPENDÊNCIA (GUARABIRA).....</b>	<b>14</b>
<b>4. POLÍTICA DE GUARABIRA APÓS PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA.....</b>	<b>17</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>22</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>23</b>



## 1 INTRODUÇÃO

O coronelismo, mandonismo e clientelismo são conceitos muito ligados entre si, e para entendê-los vamos começar a discutir o conceito de mandonismo, que em algumas ocasiões é confundido com o coronelismo. O “coronelismo” é, sobretudo, um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras. Já no mandonismo, a figura principal era representada pelo mandão, aquele que exercia o controle das posses da terra (LEAL, 1975).

Segundo Carvalho (1997), o mandonismo existe desde a colonização, e sobrevive em regiões isoladas. A Coroa Portuguesa, no período colonial, por exemplo, não conseguia administrar o território brasileiro, que tem dimensão continental, assim, com tais deficiências, começou a dar poderes aos grandes proprietários rurais, para assim conduzir no âmbito jurídico. De acordo com Leal (1975), o Rei, muitas vezes, era ou se mostrava impotente para deter o mandonismo desses potentados, que dominavam as câmaras e, por meio delas todo o espaço territorial por meio de sua jurisdição.

Logo, era comum que os senhores donos de terras recebessem títulos de honraria do Governo Imperial. Com a criação da Guarda Nacional, em 1831, o governo central começou a dar patente aos senhores donos terra, a saber: capitão, tenente-coronel, major e, aos donos terras mais poderosas, concedia-se a patente de coronel - a mais alta da milícia (ARRUDA, 2013).

Nisso, temos que:

Em 1889 houve a Proclamação da República e no ano de 1891 foi criada a constituição, com a ampliação das instituições políticas – como eleições diretas, concursos públicos, a transferência do aparelho policial para o cargo do Estado e o fim dos títulos nobiliárquicos – puseram fim ao patrimonialismo do Império. Porém, a burocratização do estado republicano, antes de servir de aniquilação do poder dos decadentes coronéis do final do Império, serviu apenas de instrumento de manipulação dos mesmos para reavivarem seu poder e continuarem “mandando” em seus municípios (ARRUDA, 2013, p. 5-6).

Pinto (2016) afirma que o conceito de mandonismo é definido,

pela potencialidade de alguém, cujo poder se fundamenta em sua personalidade e em seu controle exclusivo ou majoritário sobre recursos almejados por todos, comandar grupos numa esfera política ou familiar. Aqui, o conceito de clã evocado para os coronéis por alguns autores da literatura, encaixa-se perfeitamente porque o chefe do clã é um exemplo da manifestação do mandonismo: ele domina o grupo e exerce seu

poder fundado em seu status de chefe, seja conquistado por vínculo familiar ou por mérito, e é também o detentor e distribuidor dos recursos que todo o clã necessita (PINTO, 2016, p. 18).

Dessa forma, os coronéis para se manterem no poder em seus municípios, começaram a se tornar chefes políticos e assim encontraram uma saída para continuar exercendo poder sobre a população. Para Leal (1975), o sistema coronelista é uma rede de compromissos que ia desde a esfera municipal, passando pela esfera estadual e chegando à esfera federal, ou seja, que passava pelo chefe local e chegava ao Presidente da República. Sendo assim, diferindo-se do mandonismo, uma particularidade mais local.

Sobre o poder do coronel, Leal (1975) argumenta que estava baseado numa rede de compromisso de envergadura nacional. Fora dessa rede, o coronel não poderia manter a base do seu poder, que contara com o apoio político de seus aliados. A política de compromisso de cunho coronelista fazia com que os órgãos estatais fossem coniventes com as manipulações dos coronéis em seus órgãos municipais. Desta forma, ocorreu que o coronelismo foi um fenômeno nacional, antes de ser um fenômeno local.

Leal (1975) apresenta os elementos que ajudaram a compor o coronelismo são possíveis de serem localizados no período do Brasil colonial e no Império, sendo mais característico da Primeira República. Baseado na relação entre o poder privado decadente e o poder público fortalecido, vale pontuar que se configura como o fenômeno que caracteriza a vida política no interior do Brasil, não se tratando de um fenômeno simples.

Tem-se também, nessa direção, a troca de favores entre o poder público e o privado como sendo um dos aspectos pertinentes do coronelismo.

Assim nos aparece este aspecto importantíssimo do “coronelismo”, que é um sistema de reciprocidade: de um lado, os chefes municipais e os “coronéis”, que conduzem magotes de eleitores como quem troca tropa de burro; de outro a situação política dominante no Estado, que dispõe do erário, dos empregos, dos favores e da força policial, que possui em suma, o cofre das graças e o poder das desgraças (LEAL, 1975, p. 43).

Assim, percebe-se uma relação entre as duas partes, tanto no poder público quanto no poder privado, onde o prestígio, próprio dos coronéis. Neles, o prestígio concedido pelo poder público se dava para designar uma liderança diante dos eleitores.

[...] o prestígio próprio dos “coronéis” e o prestígio de empréstimo que o poder publica lhes outorga - são mutuamente dependentes e funcionam ao mesmo tempo como determinantes e determinado. Sem a liderança do “coronel”, firmada na estrutura agrária do país, o governo não se sentiria obrigado a um tratamento de reciprocidade, e sem essa reciprocidade a liderança do “coronel” ficaria sensivelmente diminuída (LEAL, 1975, p. 43).

Para compreendermos melhor o conceito de clientelismo, observamos que Carvalho (1997) indica um tipo de relação entre atores políticos os quais envolvem concessão de benefícios públicos, apoio político, sobretudo na forma de votos. Notamos, que nessa direção o político continua mantendo ligação com o chefe local, em vias de negociações, benefícios próprios para ele e sua parentela.

O clientelismo, contudo, difere-se do mandonismo. Ainda segundo Carvalho (1997), o mandonismo tem uma tendência de baixa evolução política, já o clientelismo estava descendência. Até os dias de hoje, o mandonismo é associado ao coronelismo, porém o clientelismo é um tipo relação comercial, em que uma das partes é beneficiada através de vantagens pelo poder público e a outra oferece apoio político.

Sendo assim:

O clientelismo também é um conceito associado ao coronelismo, muitas vezes confundido ou sobreposto a ele. Vários autores lidam com o tema e sua relação com a política brasileira tanto em análises acerca da Primeira República, quando ele é associado ao coronelismo, como em estudos políticos do Brasil pós 1930. Genericamente, o clientelismo corresponde a uma troca de favores em que uma das partes recebe um cargo público, uma concessão do estado, verbas ou ainda benefícios estatais e oferece apoio ou voto àquele que concedeu a vantagem. Essa relação só pode acontecer se uma das partes estiver em contato direto com o estado e com o que ele pode oferecer como os políticos, funcionários públicos e lideranças regionais. Já a outra parte da relação pode ser caracterizada pelos cidadãos comuns ou as lideranças locais, nesse caso quando a contrapartida está na atuação do político na região de manejo da liderança, ou ainda entre políticos de instâncias diferentes (PINTO, 2016, p. 16-17).

A partir de tais apontamentos, percebe-se que no clientelismo a figura do coronel teve que se adaptar à nova conjuntura urbana para poder continuar manipulando a máquina pública. Muitos coronéis, chegaram a seguir carreira política, tornando-se vereadores, deputados, por exemplo. Em contraste, outros que não se adaptaram nesta nova conjuntura ficaram apenas como donos de terras decadentes (ARRUDA, 2013).

No clientelismo, o poder do coronel vinha através de sua influência na sociedade, chegava a conseguir contratos, empregos ou financiamentos, em benefícios próprios e de sua parentela; as sobras desses benefícios públicos eram distribuídas para os seus sustentados. Até

hoje, chefes locais que exercem certo tipo de influência na sociedade conseguem algum tipo de benefício próprio para si e para seus parentes e de seus sustentados (ARRUDA, 2013).

A partir da Primeira República, começou a decadência desta figura, e o poder do Coronel no sistema coronelista foi perdendo força e um dos principais motivos fora a questão econômica dos fazendeiros: o Estado foi crescendo e para que o coronel mantivesse força sobre a localidade, era necessário a presença do Estado. Por meio desses fatos, buscamos analisar a partir do Coronel João de Farias Pimentel, alguns aspectos do coronelismo no interior da Paraíba.

## 2. OLIGARQUIA PIMENTEL

No Império, onde surgiram as oligarquias, o coronelismo enquanto sistema, se expandiu para todo o Brasil, e o chefe do partido local aparecia como intermediário entre os interesses da família de elite e o governo central.

Para os estudiosos do poder local, as oligarquias de base familiar correspondem a um fenômeno intrinsecamente brasileiro, que ocorreu em todo o país, entre o final do século XIX e início do século XX. Neste contexto, o Estado da Paraíba, por exemplo, é considerado como exemplo de espaço onde a influência dos vínculos familiares na política se faz sentir claramente (OLIVEIRA, 2014, p. 31).

Diante disso, é importante ratificar que as oligarquias tinham uma base familiar e constituíram um fenômeno que ocorreu em todo território brasileiro. A Paraíba foi um exemplo, onde a relação de influência das grandes famílias na política foi corriqueira no final do século XIX e no início do século XX. Na Paraíba, existiam muitas oligarquias que exerciam o poderio local. Uma dessas oligarquias era a Venancista que foi apoiada pelo Partido Conservador, sendo a primeira a assumir o poder na Paraíba, que durou de 1889-1891 (OLIVEIRA, 2014).

Depois do golpe de estado dado pelo vice-presidente Marechal Floreano Peixoto, foi a oligarquia Alvarista que ficou no poder até 1912 e, assim, durante vinte anos ficou no poder (OLIVEIRA, 2014). Segundo Gurjão (1999), na Paraíba, durante a Primeira República, as lutas entre famílias foram uma realidade caracterizada como ensaiada pela corrupção e a violência. Dessa forma, configuraram-se as disputas entre a oligarquia situacionista e oposicionista nos municípios. Diante desses fatos, podemos afirmar que as disputas políticas entre as oligarquias eram muito desleais.

Carneiro (2009) aponta que um dos meios desleais era mudar as regras eleitorais, esta prática era constante e feitas com a finalidade de alimentar a estrutura de dominação pelas oligarquias locais.

Álvaro fez uma importante mudança processual [...] que perdurou até 1930 e veio a fortalecer a autoridade do governador sobre os municípios. Através de uma emenda à constituição estadual, em 1895, os cargos locais de prefeito e vice-prefeito deixaram de ser eletivos e foram transformados em cargos de confiança, a serem preenchidos por nomeação do governador. (LEWIN, 1993, p. 220).

Podemos notar que Álvaro Machado usou a emenda constitucional a seu favor, de modo que trocou os cargos locais, de prefeito e vice-prefeito, fazendo com que deixassem de ser eletivos e os tornando como cargos de confiança, ou seja, indicados pelo governador, sendo responsáveis de conseguir votos para o candidato do governo.

Outra oligarquia importante na Paraíba foi a Epitacista, que atingiu seu auge com Solon Barbosa de Lucena, em 1920 até 1924, e o posto declínio da oligarquia foi com o governo de João Suassuna, de 1924 a 1928, findando quando João Pessoa chegou ao governo onde governou a Paraíba de 1928 a 1930 (OLIVEIRA, 2014).

“O governo de Solon Barbosa de Lucena foi contemporâneo ao governo de Epitácio Pessoa junto à República, onde garantiu por uma grande quantidade de verbas para o Estado, que contribuía para a manutenção do coronelismo e com o fortalecimento das oligarquias” (OLIVEIRA, 2014, p. 35-36). João Pessoa assumiu o governo da Paraíba em 1928, por indicação de seu tio Epitácio, e segundo Gurjão (1994), a oligarquia Epitacista terminou através de medidas impostas pelo então governador da Paraíba, João Pessoa. Tem-se que algumas das medidas foram as substituições das chefias municipais: o fisco, a política e a justiça eram subordinadas diretamente as suas ordens resultando na eliminação de acúmulo de cargos e desarmamento dos coronéis.

As medidas intervencionistas e centralizadoras de João Pessoa almejavam aumentar os recursos do Estado e seu papel na economia. As oligarquias algodojeiras, pecuárias e açucareiras não compactuavam com esse novo direcionamento. Portanto, alavancaram interesses opostos, que repercutiriam na sua queda e no rompimento da oligarquia Epitacista, na medida em que sua política repercutia em contradição ao compromisso pelo qual se assentava. Assim, “durante o governo de João Pessoa, os coronéis experimentaram os seus declínios e sofreram, por ironia do destino, as maiores perseguições advindas do sobrinho e do candidato epitacista” (CARNEIRO, 2009, p. 155).

Diante dessas disputas na esfera estadual, buscou-se analisar uma importante oligarquia do brejo paraibano que é a Pimentel, representada por seu chefe o então coronel João de Farias Pimentel. Para discussão e análise, falamos sobre o chefe desta oligarquia e sua importância para sua localidade.

O Coronel João de Farias Pimentel era natural do então distrito de Cuité, nasceu no ano de 1861 e faleceu em 1948. Coronel de patente da Guarda Nacional, com diploma, espada e fardão (cópia do fardão dos soldados da Revolução Francesa), João Pimentel de Farias sucedeu ao Manoel Simões exercendo o cargo de prefeito de Guarabira entre os anos de 1915 a 1918. Os primeiros prefeitos que ocuparam este cargo no período entre 1896 e 1935 foram nomeados pelo governo estadual, naturalmente escolhidos entre os membros mais proeminentes da elite do Município<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> João Pimentel de Farias. [S. l.], 9 out. 2015. Disponível em: <https://www.paraibacriativa.com.br/artista/joao-pimentel-de-farias/>. Acesso em: 16 ago. 2021.

O coronel João de Farias Pimentel, enquanto criança, ganhou de herança de seus pais as terras e o Engenho Nossa Senhora do Ô, nas terras brejeiras da Paraíba denominada de Espinho (SOUZA, 2018). O engenho Nossa Senhora do Ó era localizado no povoado chamado Cuité, no município de Guarabira, também conhecido como engenho espinho, sua representatividade econômica para a cidade era de suma importância pois ali havia a produção de rapadura e cachaça.

Casou-se com sua prima Felismina de Farias Pimentel, e com ela teve cinco filhos: “Bernardina, Josué, João, Carolina e Raquel. Entre os cinco filhos, alguns ganharam mais notoriedade na sociedade guarabirense, a exemplo de Josué, que se formou em Agronomia, vendo a necessidade de aprender técnicas de cultivo da terra para melhor tirar proveito dela e na pecuária, já que seu pai era latifundiário e tinha uma grande criação de animais” (SOUZA, 2018, p. 122).

O outro que também se destacou foi o João de Farias Pimentel Filho, que enquanto jovem ingressou na Universidade Federal da Bahia para cursar Medicina, em 1925, migrando posteriormente para o Rio de Janeiro para concluir o curso de medicina (SOUZA, 2018).

Na República Velha, existiam poucos médicos e no interior da Paraíba menos ainda. Vendo a necessidade e a importância do médico na época, o coronel Pimentel fez com que seu filho João de Farias Pimentel Filho se tornasse um; outro motivo no qual o coronel Pimentel quisera que seu filho exercesse a medicina era o ganho político devido o prestígio que a figura do médico exercia na sociedade, seria muito mais fácil tornar o filho um chefe local para então lhe suceder no domínio.

João de Farias Pimentel Filho tornou-se prefeito de Guarabira por três vezes em 1946, 1963, 1973 e assim seguiu os passos de seu pai na atuação política daquela localidade.

Dando sequência à atuação política de Guarabira, o neto do cel. João de Farias Pimentel, o advogado Jader Soares Pimentel, foi deputado estadual eleito no pleito de 1970 e permanecendo na Assembleia Legislativa da Paraíba até 1990, em 1992 foi eleito prefeito de Guarabira-PB.

O filho de Jader Soares Pimentel, o Jader Pimentel Filho, mais conhecido como Jader Filho, prosseguiu com atuação política da família Pimentel em Guarabira, sendo eleito quatro vezes vereador e assim, a Família Pimentel permanece no poder há mais de 115 anos no município.

Além de suas atividades como representante da Guarda Nacional, o coronel João de Farias Pimentel foi considerado um dos mais destacados comerciantes da cidade, proprietário da loja “Pai da Pátria”, que na época era o comércio mais sofisticado do centro da cidade.

Também era de sua propriedade, o primeiro automóvel que chegou à Guarabira, um Ford luxuoso e confortável, além de proprietário do Engenho Espinho (Nossa Senhora do Ó) que ganhou de presente de seus pais quando criança<sup>2</sup>.

Por sua forte influência nos campos político e social, João Pimentel de Farias tornou-se um símbolo representativo para a história local, foi pai do ex-prefeito e médico João de Farias Pimentel Filho e avô dos doutores Jäder Soares Pimentel e João de Farias Pimentel Neto que trilharam pelos caminhos do Cel. João Pimentel de Farias na vida pública e política municipal<sup>3</sup>.

Hoje, a antiga residência que se tornou o Centro de Documentação e Cultura de Guarabira, guarda objetos significativos da vida do ilustre representante militar e político local, bem como recebe exposições de diversos artistas paraibanos<sup>4</sup>.

Portanto, a família Pimentel sempre atuou politicamente na cidade de Guarabira, chegando inclusive na atual gestão em que o representante da família Pimentel, Jader Filho, conseguiu eleger sua esposa como vereadora do município de Guarabira.

---

<sup>2</sup> *Ibidem.*

<sup>3</sup> *Ibidem.*

<sup>4</sup> Guarabira. [S. l.], 21 dez. 2007. Disponível em: [https://historiadaparaiba.blogspot.com/2007/12/guarabira\\_21.html](https://historiadaparaiba.blogspot.com/2007/12/guarabira_21.html). Acesso em: 23 set. 2021.



### **3. DESENVOLVIMENTO COMERCIAL E URBANO DA VILA INDEPENDÊNCIA (GUARABIRA)**

No final do século XIX e início do século XX, dois fatores impulsionaram a economia da Paraíba: o primeiro foi o cultivo de algodão em solo paraibano, pois a Europa nesse período estava em plena expansão industrial e necessitava de algodão para produção das fábricas têxteis e importava do Brasil, em especial da Paraíba, que era grande produtora de algodão. O segundo fator que impulsionou a economia paraibana se deu pela chegada das linhas férreas. Para o território foi muito proveitoso essas linhas férreas pois possibilitou que o algodão chegasse até Campina Grande, onde era destinado ao porto de Recife, elas também foram as grandes responsáveis pelo desenvolvimento de muitas cidades do Brasil, e na Paraíba não fora diferente<sup>5</sup>.

O primeiro lugar aonde chegou à linha férrea foi na capital do estado, em seguida cidades de Pilar, Guarabira e Cabedelo. A vila Independência (atual Guarabira) foi muito beneficiada com a chegada da ferrovia em seu território, tornando-se um bom lugar para comercializar e contribuiu para o desenvolvimento urbano. A partir desse desenvolvimento, o trem de cargas e de passageiros passava pela cidade, desenvolvendo o comércio local e toda região sendo beneficiada (MELO, 1999).

A chegada do trem em solo paraibano significava o tão sonhado progresso, e assim promoveu desenvolvimento tanto na área urbana, quanto na área econômica. Segundo Melo (1999), o trem foi muito importante para o desenvolvimento de algumas cidades paraibanas entre os anos de 1900 e 1920 como, por exemplo, Itabaiana, Alagoa Grande e Bananeiras, possibilitando a chegada de luz elétrica, jornais, clubes e artístico coreto, praças, sobrados e casarões (MELO, 1997, p.161-168).

Desta forma, nota-se que a chegada do trem trouxe progresso para o município de Guarabira, percebendo que “riquezas começaram a surgir, e da noite para o dia ergueram-se casarões e sótãos na rua da matriz e nas ruas ao redor delas. O trem de passageiros e de carga cortava a cidade, trazendo o progresso ao comércio local e toda região polarizada pelo município de Guarabira” (MELO 1999, p.69).

A estação de Independência foi inaugurada em 1884 pela E. F. Conde D'Eu. Foi ponta da linha que vinha desde o Recife de 1884 a 1904, quando se completou a ligação com a

---

<sup>5</sup> *Ibidem*.

estação de Nova Cruz, no Rio Grande do Norte. Dessa maneira, unindo Recife e Natal por ferrovia. Mais tarde, o nome da estação foi alterado para o atual, Guarabira<sup>6</sup>.

---

<sup>6</sup> *Ibidem.*

#### 4. POLÍTICA DE GUARABIRA APÓS PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA

Os dois primeiros presidentes do Brasil eram militares, com duração de mandato entre 1889 a 1891 e de 1891 a 1894. “Nesta época, através da Lei nº 200, de 8 de fevereiro de 1890 e através do decreto nº 511 de 23 de junho de 1890 estabeleceu-se regras sobre as eleições no Brasil” (PINTO, 2016, p. 2).

As regras eleitorais da República Velha eram muito parecidas com as regras eleitorais estabelecidas no Império: os eleitores teriam que ser cidadãos brasileiros, do sexo masculino, bem como, saber ler e escrever; a grande diferença entre as regras eleitorais do Império para a República era que, no Império, o cidadão precisava ter uma renda anual equivalente a pelo menos duzentos mil réis para poder votar; na República, não se fazia necessário este fator.

Logo após a Proclamação da República, foram criados os conselhos de intendência para substituir as câmaras municipais do Império e quem nomeava seus membros era o Governo Estadual. Na Paraíba, o governador decretou o fim das câmaras municipais do Império, criando os conselhos de Intendência Municipal cuja função era administrativa.

Os conselhos eram formados por três membros titulares e três suplentes; no caso de Guarabira, em 1890, José Maria de Andrade, que exercia a função de presidente, Firmino Alves Pequeno, cuja função era a de Vice-Presidente e Francisco de Paiva Ferreira, primeiro secretário a ser nomeado pelo Governador Venâncio Neiva para compor o Conselho de Intendência Municipal de Guarabira.

Esses membros do Conselho exerceram essas funções até o ano de 1891, quando foram nomeadas outras pessoas para compor o Conselho Intendência guarabirense. No decorrer do tempo e com a primeira Constituição da República, omissa em relação ao poder municipal, deixa-se esta questão para as constituições estaduais e, portanto, os conselhos de intendência foram substituídos pelos conselhos Municipais<sup>7</sup>.

O presidente Álvaro Machado criou o cargo de prefeito, usando da Lei a 27 de março de 1895, antes disso a administração municipal era de responsabilidade do conselho municipal. Porém, em 1890, em especial no dia 25 de outubro, uma lei entrou em vigor extinguindo o cargo de prefeito e assim a administração voltou a ser de responsabilidade dos conselhos municipais. Entretanto, no ano de 1904, entrou em vigor a Lei nº 221, cujo presidente Álvaro Machado assinou e assim restaurou definitivamente a função executiva municipal.

---

<sup>7</sup> *Ibidem.*

Em Guarabira, o primeiro prefeito nomeado pelo Governo Estadual foi o coronel Francisco Joaquim de Andrade Moura, conhecido como cel. Quincas Moura exerceu ao cargo de prefeito de 1896 a 1900. É importante destacar que no ano em que o cel. Quincas Moura saiu do poder, o cargo de prefeito foi extinto, sendo assumido por Manoel Simões e ficou no poder entre os anos de 1905 - 1909. O seu sucessor, o médico Luís Galdino Sales, permaneceu no poder entre os anos de 1909 - 1912. Sucedeu-lhe no cargo o coronel João de Farias Pimentel, que administrou o município entre os anos de 1912 - 1915.

O doutor Manoel Lordão assumiu o município de Guarabira no período de 1918 a 1920, tornou-se Major da Guarda Nacional e proprietário rural, vítima de uma emboscada quando chegava em casa e acabou sendo assassinado em 1926<sup>8</sup>.

O sucessor no comando da cidade de Guarabira foi o coronel Osório de Aquino, pois o mesmo, era um próspero pecuarista e fazendeiro, conseguiu o feito de formar seu filho em bacharel em Direito e o maior representante do povo brejeiro na Câmara Federal<sup>9</sup>.

O doutor Antônio Galdino, prefeito em 1923 e em 1924, e o seu vice-prefeito, o doutor Amaro Guedes Beltrão, assumiram o comando da cidade, pois o titular licenciou-se e em 1925 regressou à prefeitura. No período de 1925 a 1929, administrou o município, tornando-se um dos mais arrojados administradores.

Nascido em Cachoeira, povoação pertencente à Guarabira, descendente da família mais conhecida da região, Antônio Guedes foi Deputado Provincial, na década de 1930, juiz Federal do Trabalho, jornalista e escritor. Escreveu artigos magistras na imprensa paraibana, destacando-se por haver divulgado alguns capítulos da História de Guarabira, em 1917, no Gabinete de Estudos de Geografia e História da Paraíba – GEGHP. Foi o homem de maior projeção no cenário político da Paraíba, na década de 1930. Ocupou o governo do Estado, em 1940, na qualidade de interventor<sup>10</sup>.

Nos anos seguintes, 1929 - 1931, quem exerceu o cargo de Prefeito foi Sebastião Bezerra Bastos. Comerciante antigo de Guarabira, além de ter sido um dos fundadores da associação dos Empregados do Comércio de Guarabira, hoje Clube Recreativo GuarabireNSE, no qual foi o primeiro Presidente. Logo em seguida, para o período de 1931-1939, sucedeu-lhe no cargo o Dr. Luciano Varedas. Encerrando o período em estudo, destacamos ainda a administração de José Tertuliano Ferreira de Melo, nascido em Pedra Lavrada - Paraíba, 26 de abril de 1888. Mesmo sem haver cursado o ensino superior, escrevia muito bem, foi um dos

---

<sup>8</sup> *Ibidem.*

<sup>9</sup> *Ibidem.*

<sup>10</sup> *Ibidem.*

poetas de projeção, ao lado de Zé da Luz. Dentre suas obras, publicou os livros: Fagulhas D'Alma, Vinte e Quatro horas, Em La Menor e História de Ágaba<sup>11</sup>.

Todos estes que destacamos eram chefes de grandes Oligarquias locais. Ainda quando o poder a nível estadual mudava, também mudava o comando, permitindo a existência de disputas políticas nos interiores do Estado. Não sendo diferente em Guarabira, eram estes caciques locais que sustentavam os caciques estaduais e assim sustentavam os caciques a nível federal.

Essa direção para Leal (1997), explica-se que o sistema coronelista era uma rede de compromissos que ia desde a esfera municipal passando pela esfera estadual e chegando até a esfera federal, ou seja, que passava pelo chefe local e chegava até o Presidente da República.

O sistema coronelista foi, dessa maneira, uma rede de compromissos configurada desde a esfera municipal à esfera federal e sendo diferente do mandonismo que era uma particularidade mais local. Assim sendo, no mandonismo é não se caracteriza como uma rede de compromissos, mas fica só na esfera local (LEAL, 1997).

O coronelismo no Brasil surgiu antes da Proclamação da República: desde o Império, que criou a Guarda Nacional, em 1831, com a finalidade de exercer a função de defender a constituição no Brasil Império. Foram dadas patentes para aqueles que eram donos de terras, e detinham influência local e a mais alta patente recebida era justamente a de coronel.

A figura do coronel não era caracterizada apenas pelo fato de serem grandes latifundiários, ou seja, dono de terras, porém era caracterizado também pelo domínio de uma localidade, onde também para Leal (1975, p. 23):

Os chefes municipais nem sempre são autênticos “coronéis”, porque “[...] a maior difusão de ensino superior no Brasil espalhou por toda parte médicos, advogados no qual a figura dessas profissões unidas a uma aptidão para o comando, os capacitavam à chefia.

Diante dessa afirmação de Leal, vimos que a figura do coronel não se resumiu apenas em ser um latifundiário, mas ter a profissão de médico ou advogado já lhes dava a capacidade de chefia de uma localidade.

Analisando a vida e o cotidiano do senhor João de Farias Pimentel, um homem que possuía muitas posses de terras, era proprietário de engenho e grande comerciante na então Vila Independência, motivo aparente que lhe configurou ganhar a patente de coronel.

O coronel Pimentel era senhor de engenho possuía um vasto grupo de parentesco familiar, e isto lhe rendia geralmente muitos votos, ou seja, quanto mais pessoas dependessem

---

<sup>11</sup> *Ibidem*.

do coronel Pimentel melhor seria. E geralmente estas pessoas votavam nos candidatos indicados pelo coronel Pimentel.

Outro fato que lhe rendia muitos votos era o de ser um comerciante de grande relevância na sociedade guarabirense e, certamente ele se utilizava do comércio para ter um vínculo maior com seus clientes. Observando o livro caixa do comércio Pai da Pátria, cujo proprietário era o coronel Pimentel, muitas pessoas compravam e tinham um prazo muito grande para efetuar o pagamento. Havia clientes que ganhavam 1 ou até 2 anos de prazo.

Um dos fatores pelo qual isso acontecia é porque no período de 1912 a 1915, a circulação de dinheiro em espécie era pouca, somando-se também à questão de o coronel querer que o cliente ficasse sob sua dependência. Assim, configurando que, chegando as eleições, aqueles clientes que estavam em débito com o coronel Pimentel votassem nos candidatos apontados por ele.

Além de ser dono de terras, senhor de engenho, possuir uma vasta criação de animais e um comerciante bem-sucedido na cidade de Guarabira, o coronel Pimentel foi conhecido também por tomar decisões rígidas nas quais estabelecia suas próprias regras e ditava as leis da sua localidade.

Pode-se observar que:

A justiça da região era exercida segundo o que o coronel considerava justo, ou seja, se algo escapasse aos seus olhos ou se algo ocorresse diferente daquilo que planejava, a correção vinha por meio de suas próprias mãos, ou das mãos dos capangas a seu serviço. A justiça dos coronéis correspondia àquele famoso ditado popular: “olho por olho, dente por dente” (OLIVEIRA, 2017, p. 6).

Diante de tal, fato é notório perceber que quem exercia a justiça da região era o coronel e, caso alguma coisa não saísse conforme havia planejado, a punição vinha muitas vezes pela própria mão do coronel ou de seus capangas que lhes prestavam serviços: a justiça era feita com as próprias mãos. Para se tornar um líder local, necessitava-se de muitos requisitos, porém o carisma era uma qualidade indispensável:

Portanto, no momento de escolher o seu substituto, muitas vezes a liderança não era passada de pai para filho, justamente por causa da falta deste “carisma”. É nesse momento que a parentela ganha uma importância para além dos fatores econômicos e políticos, pois, na falta de um filho dotado das qualidades necessárias para desempenhar o papel de chefe, o coronel se volta a sua parentela e escolhia aquele que mais se aproxima ou tinha o carisma coronelista. Esse processo de escolha era realizado através de uma reunião entre os chefes da parentela que, além do carisma, também consideravam os bens e fortuna do parente (OLIVEIRA, 2017, p.7)

Esse não foi o caso do coronel Pimentel. Ele não precisou buscar entre sua parentela, um sucessor, pois o seu filho, o médico João de Farias Pimentel Filho, era dotado de grande carisma e prestígio na sociedade, pois sua profissão já lhe dava a capacidade de chefia, e assim, assumiu naturalmente a liderança da localidade regional tornando-se mais tarde prefeito de Guarabira como seu Pai.

Na questão política, o poder político era o que caracterizava a figura do coronel, ou seja, acima de tudo o coronel queria continuar mantendo influência sobre seus comandados.

Com isso, a soberania que os coronelistas exerciam sobre os trabalhadores rurais lhes rendiam bons votos de cabrestos, ou seja, o coronel através da exploração do roceiro acumula mais poder, bem como a garantia da perpetuação desse poderio político e econômico. Pois, como já mencionado, os roceiros viam no coronel um benfeitor que os auxiliava em momentos de dificuldade, devido ao fato de o roceiro ser pouco alfabetizado, não tendo assim contato com jornais e revistas e tão pouco com assistência médica – quando recebia tal auxílio do chefe de município por habitar em suas terras, consideravam que estava lhe devendo um favor e em troca lhe rendia trabalho gratuito ou votos (OLIVEIRA, 2017, p.8).

Diante de tal informação, entende-se que quando o coronel prestava auxílio para alguma pessoa que estivesse debaixo de sua tutela, era visto como um benfeitor pois sempre se fazia presente nos momentos de dificuldade, e com isso a pessoa que recebia a ajuda do coronel considerava que estava em dívida com ele, dessa forma, esses favores lhe rendiam trabalhos gratuito e votos.

Portanto, o coronel Pimentel, apesar de ser um homem de muitos bens e riquezas, era de suma importância continuar com o poderio local, possibilitando que sua família tivesse influência sobre seus comandados e assim passando o poder, de geração para geração.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, abordamos as práticas coronelistas no interior da Paraíba, através do cotidiano do Coronel João de Farias Pimentel, discutindo os conceitos de coronelismo, mandonismo e clientelismo, através análises de feitas por diversos autores. Diante do que foi exposto, percebemos que o conceito do coronelismo, enquanto sistema durou até 1930, já o conceito de mandonismo começou no Império e se estendeu até a Primeira República. O conceito de clientelismo, em continuidade, caracteriza-se por uma relação política dividida em duas partes, uma oferecia benefícios através do poder público e a outra oferecia apoio político.

Na Paraíba, existiram três grandes oligarquias: Venancista, Alvarista e a Epitacista e, em especial Guarabira, existia a oligarquia Pimentel, que no Período da República Velha deu sustentação às oligarquias em nível de estado, pois o seu chefe era um grande latifundiário, senhor de engenho e comerciante, rendendo-lhe muitos votos.

A economia da Paraíba no final do século XIX e no início XX, ficou fortalecida através do grande cultivo de algodão e o seu desenvolvimento veio através da chegada do trem em seu território, importante para o transporte de toda produção de algodão paraibano de Campina Grande até a cidade de Recife no estado de Pernambuco. O trem neste período era sinônimo de progresso e, na Paraíba, também se entendia assim. A cidade de Guarabira foi beneficiada com a chegada do trem e seu desenvolvimento foi notório, o comércio local começou a se desenvolver e os casarões surgiram perto das linhas férreas.

Em Guarabira, depois da Proclamação da República, mudanças ocorreram no comando da cidade e os prefeitos eram nomeados pelo governador do estado, quando o Cel. Quincas Moura foi o primeiro a comandar o executivo local. O quarto prefeito a comandar o município foi Cel. Pimentel, que ficou no poder entre os anos de 1912 a 1915.

A partir de nossa análise da vida e do cotidiano do coronel Pimentel, percebemos que o mesmo, era um líder local, chefe de uma grande parentela, o qual tinha várias pessoas sob sua tutela, rendendo-lhe muitos votos. Pimentel era conhecido pela tomada de decisões fortes e possuía um grande carisma na sociedade.

Destarte, pudemos assinalar alguns aspectos do coronelismo no interior da Paraíba ao observar algumas pontuações sobre a estrutura da política no arco que compreende os anos de 1912 a 1915, entendendo as mínimas mudanças e permanecendo ainda a existência na contemporaneidade.



## REFERÊNCIAS

ARRUDA, Luís Gustavo. **Apontamentos sobre mandonismo, coronelismo e clientelismo: continuando o debate conceitual.** XXVII Simpósio Nacional de História, Natal, 2013. Disponível em: [http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1390337697\\_ARQUIVO\\_Apontamentos.pdf](http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1390337697_ARQUIVO_Apontamentos.pdf). Acesso em 20 de agosto de 2021.

CARNEIRO, Renato Cezar. **Cabresto, Curral e Peia: a história do voto na Parahyba até 1930.** Joao Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2009.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. *In: Dados, Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 40, n. 2, 1997, p. 229-250.

GURJÃO, Eliete de Queiroz. A Paraíba Republicana: (1889-1945). *In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy et al. (Orgs). Estrutura de Poder na Paraíba.* João Pessoa: UFPB, 1999.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo, no Brasil.** 2 a. ed. São Paulo: Alfa Ômega, 1975.

LEWIN, Linda. **Política e Parentela na Paraíba: Um estudo de caso da Oligarquia de base familiar.** Trad. André Villalobos. Rio de Janeiro: Record, 1993.

MELLO, Moacir Camelo de. **Itinerário Histórico de Guarabira.** Editora Universitária. João Pessoa, 1999.

MELO, José Otávio de Arruda Melo. **História da Paraíba: Lutas e Resistências.** João Pessoa, Editora Universitária, 1997.

OLIVEIRA, Gerlândia Nascimento. **As relações de poder ditas " Coronelísticas" no final do século XIX e início do século XX no Estado da Paraíba.** (Monografia). Universidade Federal de Campina Grande-PB- 2014, p.54.

OLIVEIRA, Janaina Florêncio. Origens, desenvolvimento e aspectos do coronelismo. **Revista Sem Aspas (Sem Aspas Journal)**, p. 74-84, 2017.

PINTO, Liliane Faria Corrêa. Coronelismo: uma análise historiográfica. Locus: **Revista de História**, v. 23, n. 2, 2017, p.362-382.

SOUZA, Emanuel Fernandes. **A história de Cuitegi: Vila, Distrito e Cidade.** Guarabira: editora Moderna, 2018.